

I CONESA

I Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semi-
árido Brasileiro

Articulando políticas Públicas de Educação para a Convivência com o
Semi-árido Brasileiro

*Diretrizes de Educação para a
Convivência com o Semi-árido
Brasileiro*

Promoção

Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro – RESAB

Apoio



Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro – RESAB

A RESAB – Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro é um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores/as e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semi-árido Brasileiro, sem preconceitos de cor, raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica, com o intuito de elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional do semi-árido brasileiro.

A RESAB busca contribuir para a implementação de ações integradas de educação para o semi-árido brasileiro, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam no nível local apoiando a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para uma Educação para a Convivência com o Semi-árido.

A RESAB se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os setores públicos, os formadores de opinião e os responsáveis políticos para uma ação educacional articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semi-árido.

A RESAB busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semi-árido a partir da intervenção no campo educacional, bem como monitorar a execução das políticas públicas nesta área.

Secretaria Executiva

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ Departamento de Ciências
Humanas – DCH-III

Secretaria Municipal de Educação de Petrolina – PE
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Cáritas Brasileira

Comissão Pastoral da Terra –Sertão - PB

Agradecemos ao Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a CESE e a GTZ , Cooperação Técnica Alemã (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH) pelo apoio à realização da I CONESA e a publicação dessas diretrizes.

Contatos:

Rua Conselheiro Saraiva, 25, 1º. Andar – Centro- Juazeiro –BA
CEP – 48.900-000
Tel: 74-3612-8488

E-mail: sec.exec-resab@uol.com.br
sec.exec-resab@oi.com.br

Os direitos sobre esta publicação pertencem ao Selo Editorial RESB.
Autorizamos a reprodução parcial ou total destas diretrizes desde que citada a fonte.



APRESENTAÇÃO

A educação no Semi-Árido Brasileiro, além de ter se difundido tardiamente como direito público subjetivo, universal e inalienável, jamais prestou um serviço condizente à viabilização da melhoria das condições de vida neste contexto. Além disso, as políticas assistencialistas, desintegradas e desintegradoras não foram suficientes para enfrentar o ciclo de geração da pobreza e para frear o fluxo migratório para outras regiões e centros urbanos do país.

Os currículos desarticulados da realidade semi-árida e propagadores das vulnerabilidades dessa região, entre elas a incapacidade de responder às suas próprias necessidades; funcionam como *passaporte para o êxodo*. Por conseguinte, o inchaço das periferias dos grandes centros urbanos tem contribuído para o aumento de bolsões de miséria, haja vista a ausência de infra-estrutura, oferta de trabalho e renda para responder às demandas da população migrante, via de regra, com baixa escolaridade. Fato que, é possível afirmar que a solução dos problemas sociais nos grandes centros urbanos, passa pela melhoria e possibilidades de se viver bem no Semi-árido brasileiro.

O Censo 2000 revela que a média de idade de conclusão do ensino médio no SAB é de 20 anos e que a infra-estrutura atual de educação atende a menos de 20% das necessidades educacionais dessa população. Isto significa dizer que, se todos que estão aptos a cursarem o ensino médio quisessem fazê-lo ao mesmo tempo, 8 em cada 10 não teriam acesso por falta de escola. No que se refere à idade mediana de conclusão, tem-se 16,8 anos para o ensino fundamental e 20,1 anos para o ensino médio.

É bem verdade que a ampliação do acesso a educação, a partir de 1997, o oportunizou significativo aumento das matrículas no ensino fundamental no SAB. Impulsionados pela instituição do FUNDEF, os pequenos municípios com baixíssima capacidade de responder às suas necessidades em educação passaram, a partir de 1997, a mudar as feições do sistema municipal de educação e a ampliar o número de vagas na rede municipal. As matrículas no Ensino Fundamental, em muitos destes municípios, triplicaram, ente 1997 e 2002.

Entretanto, em que pesem todos os esforços envidados para a efetivação da universalização da escola, ainda permanece o histórico e quase crônico problema da qualidade da educação, em pelo menos duas direções: a) uma relacionada à qualidade do ensino, de uma forma geral (condições de trabalho, condições de funcionamento das escolas, qualidade da formação docente, infra - estrutura dos prédios, etc; b) outra relacionada à qualidade do que se ensina.

Reforçando a afirmação acima, a pesquisa realizada pelo SAEB em 2001, apontou sobre a avaliação de conhecimentos específicos em Matemática, tendo os estudantes das regiões Norte e Nordeste, apresentado os dois piores patamares nesta disciplina no Brasil, respectivamente 83,1% e 76,4% não estavam aptos a resolver problemas concretos, somar frações com o mesmo denominador e identificar a representação gráfica de frações simples.

Resultados semelhantes foram encontrados em Língua Portuguesa onde apenas 58% dos alunos da 4ª série eram capazes de ler textos simples, fazer interpretação literal de texto e identificar a idéia principal, contra a média 68% no Brasil.

Em relação ao que se ensina a perspectiva universalista sustentada, sobretudo por materiais didáticos produzidos em outras regiões, especialmente no Sudeste do Brasil, faz circular saberes e imagens que em nada se relacionam com as circunstâncias da vida no semi-árido, sobretudo pelo excesso de informações de caráter universalista e conceitual, centradas na problemática e perspectivas de outras realidades. Esse quadro pode ser considerado como uma das explicações que justificam o fato de habitantes do Semi-árido não terem, na escola, um suporte na produção de respostas pertinentes para os vários desafios que têm que enfrentar diariamente. E, ainda, acabam incorporando uma certa cisma de seu próprio meio, veiculado como hostil onde a vida é inviável – o que acaba, pelo menos potencialmente, fortalecendo as tendências de êxodo e de emigração.

Contribuir para que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações dessa região, numa perspectiva de “educação para a convivência com o semi-árido”, é o desafio que está posto e que estamos enfrentando. Acreditamos que a convocação das vontades de tantos quantos desejem e contribuam para a desconstrução do imaginário que reporta um Semi-árido inviável, se faz determinante para os avanços que se avizinham. Exemplo desse entendimento foi parceria consolidada em torno do “Programa Melhoria da Educação no Município”, onde RESAB, IRPAA, CENPEC e o UNICEF oportunizam em 137 Municípios a proposta de Educação para a Convivência com o Semi Árido entre 2003 e 2004, o Pacto dos Governadores “*Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-árido*” puxado pelo UNICEF e consolidado em 2005, entre inúmeras outras ações que vem acontecendo.

O principal objetivo desta mudança é a garantia do amplo acesso de crianças e adolescentes à educação básica acompanhada de incremento qualitativo que dote esta mesma educação de diferenciais capazes de contribuir para a melhoria dos indicadores econômicos e sociais e, portanto, da qualidade de vida no contexto específico do Semi-árido Brasileiro.

A realização da I Conferência Nacional de Educação para Convivência com o Semi-árido Brasileiro - I CONESA, representou o acúmulo dos conhecimentos e conteúdos diversos, levantados nos 11 Estados do SAB, além de ter sido um espaço de aprofundamento das questões acima apresentadas e de proposições concretas para a construção de políticas públicas educacionais autóctones para o SAB enquanto estratégia de diminuir as desigualdades regionais e consolidar a Educação Contextualizada e para a Convivência com o SAB como instrumento indispensável na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

A publicação e a distribuição destas diretrizes representam mais um esforço nessa luta pela consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Semi-árido Brasileiro ao tempo em que se transformam em instrumento e agenda comuns a todas as instituições que participaram, estiveram representadas e referendaram a aprovação das mesmas.

Até a luta sempre !

Secretaria Executiva da RESAB

SUMÁRIO

	Página
Declaração Final da I Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semi-árido Brasileiro	
O que denunciemos	
O que defendemos	
Nossos compromissos	
Diretrizes para a Educação para a Convivência com o Semi-árido aprovadas na I CONESA	
Grupo Temático – Gestão da Educação e Propostas Apresentadas	
Grupo Temático – Currículo Contextualizado	
Grupo Temático Formação de Professores/as e Propostas Apresentadas	
Grupo Temático – Protagonismo Infanto-Juvenil e Propostas Apresentadas	
Grupo Temático – Educação, Gênero, Etnia e Raça e Propostas Apresentadas	
Grupo Temático – Material Didático para o Semi-árido Brasileiro	
Instituição que participaram da I CONESA e aprovaram as Diretrizes de Educação para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro.	

I CONESA - CONFERÊNCIA NACIONAL EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

“Articulando Políticas Públicas de Educação para convivência com o semi-árido”

DECLARAÇÃO FINAL

Somos 340 participantes reunidos na I CONESA - CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO; advindos de 11 estados, representantes de Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Universidades, Pastorais, ONG's, Escolas Famílias Agrícolas, UNDIME, Prefeituras Municipais, Secretarias municipais e estaduais de educação e ministérios (MEC, MMA), Agências de cooperação nacionais e internacionais (UNICEF, CESE, Fundação Abrinq, GTZ, Save the children) com o objetivo de discutir e construir diretrizes norteadoras para políticas públicas de educação para convivência com o semi-árido brasileiro.

A nossa luta por uma educação contextualizada para a convivência com o semi-árido decorre de longos processos em que se inscrevem diversas experiências de educação, governamentais e não governamentais formais e não formais situadas no semi-árido brasileiro, que vêm fazendo inflexões curriculares e metodológicas e colocando importantes questões no sentido de fazer a educação do semi-árido vincular-se às formas de vida e às problemáticas aqui existentes.

A nossa caminhada surge quando em 1998 diversas instituições reuniram-se em Juazeiro, Bahia, no **Simpósio Escola e Convivência com a Seca**, apoiado pelo Projeto Nordeste, pela UNDIME e pelo UNICEF.

Em 2000 realizou-se, entre os dias 04 e 06 de setembro, também em Juazeiro, Bahia, o **I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro**. Deste seminário foi aprovado um protocolo de compromissos, visando à ampliação das discussões e das formas de ação conjunta e articulada visando à melhoria das políticas públicas no campo educacional e da qualidade do ensino e dos sistemas educacionais do semi-árido brasileiro.

É neste contexto que surge a RESAB – Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro, sendo um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semi-árido Brasileiro, sem preconceitos de cor, raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica, com o intuito de elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria do ensino e do sistema educacional no semi-árido brasileiro.

O QUE DENUNCIAMOS

Temos chamado a atenção do Estado Brasileiro acerca da situação da educação no semi-árido e da necessidade de se construir um novo olhar para esta região, desconstruindo o imaginário de seca e destruição que tem permitido a invisibilidade de outros problemas

tão ou mais sérios do que ela, como a imensa concentração da terra e a falta de acesso à água, que empurra milhões de famílias para pobreza no campo e nas cidades. Da mesma, forma a realidade da educação no semi-árido é escandalosamente excludente como pode ser percebida nos indicadores abaixo:

- Mais de 350 mil crianças, entre 10 e 14 anos não freqüentam a escola;
- Os alunos demoram 11 anos para concluir o ensino fundamental;
- Mais de 390 mil adolescentes (10,15%) são analfabetos;
- Mais de 317 mil crianças e adolescentes trabalham;
- No semi-árido brasileiro existe o dobro de não alfabetizados quando comparados com a média nacional;
- E quase o dobro de ocupados que a média nacional, na faixa etária entre 7 a 14 anos;
- A maioria das escolas funciona de maneira precária e sem nenhuma estrutura;
- A infra-estrutura atual de educação atende a menos de 20% das necessidades do SAB;
- Ausência de política de formação inicial e continuada para educadores e educadoras que contemple a discussão sobre a convivência com o semi-árido;
- Os educadores e educadoras são mal remunerados;
- Os currículos são desarticulados da realidade semi-árida e propagadores das vulnerabilidades dessa região;
- Os materiais didáticos utilizados nas escolas são produzidos em outras regiões, especialmente no Sudeste do Brasil;

O QUE DEFENDEMOS

Lutamos por um semi-árido justo e igualitário, com reais condições de inclusão de toda a sua população através de políticas públicas apropriadas e que sejam capazes de responder às demandas dos povos do semi-árido. E uma política pública educacional pautada pelos princípios da educação para convivência com o semi-árido que se baseia em:

- Integridade dos direitos dos atores e atrizes do processo educacional;
- Com gestão democrática garantindo a plena participação dos vários setores, atores e atrizes na sua execução;
- Equidade na distribuição de renda e no acesso do conhecimento cultural, científico, moral, ético e tecnológico em todos os níveis da educação;
- Intersetorialidade nas definições das políticas públicas educacionais;
- Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento;
- Sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como pilares dos processos e projetos educacionais;
- Formação contextualizada e integral de educadores e educadoras abrangendo os aspectos socioculturais, político e ambientais do semi-árido;
- Re-orientação curricular que valorize o diálogo permanente dos saberes locais com o universal;
- Materiais didáticos pedagógicos re-significando os discursos e imagens atribuídas ao nordeste e ao semi-árido
- Respeito à pluralidade e à diversidade de culturas, credos, etnias, raças, idéias e de opções metodológicas no processo de ensino-aprendizagem;

- Descentralização, transparência e gestão compartilhada;
- Valorização do magistério e garantia de condições de aperfeiçoamento e de formação continuada e permanente dos educadores e educadoras;
- Respeito e promoção dos direitos humanos, do meio ambiente e dos princípios e direitos constitucionais;
- Aplicabilidade dos instrumentos legais que visam à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Semi-árido e no Brasil;
- Respeito e promoção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens.

NOSSOS COMPROMISSOS colocar os da Carta de Fundação da resab

1. Publicação das diretrizes construídas na I CONESA.
2. Realização em 2008 da II CONESA.
3. Fortalecimento dos grupos gestores estaduais da RESAB.
4. Fortalecer a estrutura de gestão da RESAB, garantindo a permanente articulação das instituições pertencentes da rede.
5. Garantir a fluência das informações (comunicação) dentro e fora da RESAB.
6. Investir na qualificação e garantir o funcionamento do grupo de formadores.
7. Articulação junto às diversas esferas de governo.
8. Manter a luta permanente por políticas públicas integradas.
9. Garantir a participação da RESAB nos espaços de articulação política.
10. Lutar pela garantia da inclusão do livro didático “Conhecendo o semi-árido” no programa nacional do livro didático do MEC.
11. Manter e ampliar a parceria com agências de cooperação nacionais e internacionais.
12. Fortalecer a parceria junto às entidades integrantes da ASA
13. Reservar espaço nos meios de comunicação que as instituições já mantêm para publicitar as diretrizes da I CONESA.
14. Fortalecer a articulação entre a RESAB e os Conselhos Municipais e Estaduais de educação.
15. Fortalecer os instrumentos de controle social das políticas de educação em todas as instâncias.
16. Fortalecer o selo editorial da RESAB.
17. Intensificar a articulação juntos as universidades públicas.

Juazeiro - Ba, 20 de maio de 2006.

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO DO SEMI-ARIDO BRASILEIRO APROVADAS NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

A I CONESA buscou reafirmar os objetivos defendidos pela RESAB no que diz respeito a construção e implementação de uma política pública de educação inclusiva contextualizada que garanta acesso, qualidade e respeito à diversidade e especificidades do Semi-Árido Brasileiro.

Para tanto, os Grupos Temáticos - Gestão da Educação, Currículo Contextualizado, Formação de Professores/as, Protagonismo Infanto-Juvenil, Educação, Gênero, Raça e Etnia e Material Didático do Semi-Árido constituíram-se em verdadeiros espaços plurais de construção do conhecimento e de proposição de políticas públicas autóctones para a Educação do SAB, que passamos a apresentá-las em seguida.

GRUPO TEMÁTICO – GESTÃO DA EDUCAÇÃO

A gestão da educação em todas as instâncias deve ter como um dos princípios, o respeito à realidade local e a produção regional do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos da cidade e do campo, sendo que para isso apontamos as seguintes proposições:

PROPOSTAS APRESENTADAS:

Discutir com as Universidades a (re) elaboração de currículos adequando-os à realidade sócio-econômica, política, cultural e ambiental, considerando as especificidades locais.

Envolver a comunidade nas discussões, elaborações, execuções e avaliações dos projetos políticos pedagógicos aprofundando a interação Escola-Comunidade;

Consolidar parcerias com Universidades, movimentos sociais, entidades não-governamentais, Fóruns de articulações e outros afins, com o intuito de articulação entre o saber popular e científico;

Compromisso dos Gestores da Educação com a formação inicial e continuada contextualizada dos educadores;

Garantir a constituição, o funcionamento e capacitação dos Conselhos Escolares compostos por diretores, representantes dos professores, do corpo técnico-administrativo, das entidades estudantis, dos pais ou responsáveis, organizações comunitárias, com a composição norteada pela prática democrática;

Considerar a participação, o comprometimento com a realidade local, a valorização profissional, a adoção de políticas de inclusão como princípios fundamentais dos Conselhos Escolares e dos Conselhos de Educação, nos âmbitos municipal e estadual;

Inclusão das Escolas “Família Agrícola” e outras experiências de educação, como uma das estratégias de educação no Semi-árido, tanto no nível do Ensino Fundamental (prioridade do município), como do Ensino Médio (prioridade do estado).

O Estado responsável pelo Ensino Médio no campo e na cidade deve priorizá-lo na zona rural e quando não for possível, deve garantir o transporte para a cidade, garantindo a continuidade da proposta pedagógica em andamento nos municípios, considerando as especificidades locais.

Assegurar em Lei que a liberação dos recursos públicos educacionais esteja condicionada à criação e funcionamento dos Sistemas Municipais de Ensino e o respectivo fundo municipal de educação a partir de 2007.

Assegurar a participação efetiva das comunidades do campo aos Conselhos Municipais de gestão.

Garantir a implementação do FUNDEB e nele assegurar o cumprimento do valor diferenciado para os/as alunos/as do campo, conforme assegurado na LDB e nas Diretrizes Operacionais de Educação do Campo.

Aperfeiçoar o processo eletivo (prioritariamente) e/ou seletivo dos gestores educacionais (coordenadores/as; diretores/as, assessores/as pedagógicos) respaldados num perfil que considere a formação, envolvimento na comunidade e projeto de gestão contextualizado;

Formar parcerias (convênio e outras formas) entre poder público e cooperativas/associações de produção para fornecer produtos suficientes e de qualidade para a merenda escolar, considerando os hábitos alimentares saudáveis e necessidades nutritivas dos alunos visando, também o fortalecimento da agricultura familiar;

Garantir o acesso à tecnologia moderna de formação e de interatividade para as escolas públicas do semi-árido (campo e cidade) assegurando capacitação para uso adequado dos equipamentos;

Priorizar a construção e revitalização de núcleos escolares seriados no campo para todos os níveis de ensino;

Cumprir a Legislação no que concerne a realização de concursos públicos nos municípios, para profissionais da educação determinando vagas para o campo e a cidade estabelecendo os critérios para estas opções;

Implantar e/ou reformular planos de carreira, garantindo percentual diferenciado para professores/as que ensinam nas escolas do campo;

Garantir e assegurar recursos específicos para transporte escolar em todos os níveis do ensino, especialmente na Educação Básica, de acordo com as necessidades específicas de cada município, ficando o estado responsável em assumir o Ensino Médio e Superior.

Assegurar o cumprimento do código Nacional de Trânsito, no que se refere aos critérios para funcionamento de transporte escolar.

Garantir a criação de Escolas técnicas e a redefinição de Currículos nos cursos técnicos de acordo com a vocação e potencialidades regionais e Gestão Ambiental, com o foco no desenvolvimento sustentável. Garantir o acesso e permanência dos portadores de necessidades educativas especiais, nos sistemas públicos de ensino, investindo em escolas devidamente estruturadas e equipadas;

Garantir melhoria dos sistemas de Comunicação entre as instituições responsáveis pelos dados estatísticos educacionais;

Transparências na administração de recursos públicos para controle social;

Formação e fortalecimento de fóruns regionais (caráter permanente) entendidos como um espaço social de negociação, da educação contextualizada do semi-árido com diferentes seguimentos da sociedade civil e poder público;

Participação de representantes do fórum regional no comitê estadual da educação no campo.

Realizar seminários para troca de experiências articulando professores/as, gestores/as, secretários/as de educação dos municípios (convivência com o semi-árido) e representação da sociedade civil;

Formar grupos de estudos por eixos temáticos em cada município para elaboração de propostas para a convivência (parceria RESAB, Universidades);

Considerar na discussão da qualidade da educação a estrutura física das escolas, responsabilidade da gestão, e que deve ser pensada com espaços e tempos mais dignos, plurais e humanizados;

Garantir a criação de escola em tempo integral, considerando as experiências de ações complementares à escola existente na região;

Ocupar espaços na mídia para divulgação de ações e discussões sobre as temáticas regionais; Participar e fortalecer os comitês Estaduais do Pacto *Um mundo para a criança e o adolescente do semi-árido*;

Fortalecer as ações de formação continuada para gestores na perspectiva multidimensional.

Estruturar e Aparelhar as secretarias de Educação garantindo um fluxo de informação ágil e eficiente;

Estabelecer, organizar, acompanhar e analisar metas e indicadores de resultados da educação pública;

Garantir as condições necessárias para realização de planejamento participativo nas escolas, sendo este tempo assegurando na carga horária dos professores.

Incentivar e apoiar os Gestores Municipais na construção de planos Municipais de educação, efetivados de forma democrática e participativa, usando como referência documentos norteadores aprovados na Iª CONESA

GRUPO TEMÁTICO – CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO

O Currículo contextualizado não se restringe a uma relação de conteúdos e metodologias de ensino, envolve os processos e as intencionalidades dos projetos de escola e sociedade que se quer e as dimensões de TEMPO e ESPAÇO na escola. O currículo também inclui os procedimentos de pesquisa e produção de saber, a relação com as comunidades e com os espaços das lutas sociais, bem como a formulação de novos documentos e novas narrativas.

O primeiro pressuposto para a composição de “novos documentos curriculares” deve ser o envolvimento real dos sujeitos que fazem as escolas e os sistemas de ensino: professores, alunos, funcionários de apoio e técnico-administrativos, parceiros, pais de alunos, gestores, especialistas e outras pessoas representantes das comunidades.

PROPOSTAS APRESENTADAS

Construir um currículo contextualizado na perspectiva da convivência com o SAB, valorizando o saber popular e o científico;

Garantir a elaboração de um currículo de forma participativa a partir da realidade sócio-produtiva, contemplando as dimensões de gênero, geração, raça e etnia;

Inserir na proposta curricular do Semi-árido ações sócio-educativas com atividades recreativas, lúdicas, artísticas, esportivas e de lazer, contemplando os interesses das crianças, adolescentes e jovens, revalorizando as diversas manifestações culturais locais e as múltiplas formas de expressão;

Assegurar no projeto político-pedagógico a discussão sobre a função social dos conteúdos, metodologia, avaliação numa perspectiva democrática e as diversas manifestações de aprendizagem;

Garantir a discussão sócio-ambiental como um dos temas norteadores do currículo.

Incluir no currículo questões relacionadas com o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas ao mundo do trabalho (realidades tecnológicas e culturais do SAB);, bem como considerando os saberes, potencialidades e heterogeneidades dos alunos /as e demais sujeitos envolvidos;

Construir o currículo numa perspectiva que relacione as diversas realidades do conhecimento de forma interdisciplinar, transversal e multidimensional, incluindo a diversidade cultural e o conhecimento universal, adotando práticas pedagógicas contextualizadas;

Considerar no currículo os saberes e potencialidades das comunidades, as novas relações sociais e os valores nas dimensões local, regional, nacional e global;

Construir o currículo a partir de diagnóstico participativo que contemplando os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, lúdicos e ambientais locais;

Ampliar a discussão sobre a contextualização do ensino na perspectiva da sua autonomia e descentralização;

Adotar a avaliação permanente em todo o processo educacional, possibilitando a construção de novos conhecimentos e valorizando as relações interpessoais;

Envolver as universidades e secretaria de educação das diferentes esferas na elaboração do currículo contextualizado.

GRUPO TEMÁTICO – FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS

A Formação inicial e continuada de Professores e de Professoras, precisa contemplar, nos seus currículos, abordagens sobre o Semi - árido – a sua História, suas especificidades e potencialidades , a cultura local, os saberes construídos na produção da existência, as lutas e conquistas; de forma a qualificar profissionais da educação para colaborar na construção da educação para a convivência com o Semi –Árido.

PROPOSTAS APRESENTADAS

A matriz pedagógica da formação deve contemplar a realidade histórica do Semi-árido e suas múltiplas dimensões.

Conhecer e compreender a proposta de soberania e segurança alimentar como construção da auto-sustentação e produção das famílias do semi-árido;

Trabalhar a formação dos/as educadores/as num processo de AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO (práxis);

Trabalhar a formação dos/as educadores/as a partir das necessidades locais globais nas suas múltiplas dimensões;

Trabalhar a questão de gênero, idade e interesses coletivos, acima dos interesses individuais.;

Trabalhar a questão da identidade e diversidade, com base na realidade, do semi-árido brasileiro.

Quanto às diretrizes metodológicas: repensar a política de educação para convivência com o semi-árido, trabalhar políticas públicas através de seminários, encontros, oficinas pedagógicas, construir mecanismos de discussão com as universidades para que os cursos de Graduação e pós-graduação sejam, vinculados às necessidades de educação

contextualizada para o semi-árido, construção de parcerias e contemplar a produção de material de apoio.

Garantir a formação para as licenciaturas iniciais e continuadas enquanto direito pelos governos (federal, estadual, municipal), em parcerias com as universidades públicas e gratuitas e agências de cooperação internacional, considerando as especificidades e potencialidades de cada município.

Cumprimento do artigo 13 da resolução do CNE/CEB/01/2002, que ressalta a formação continuada do educador do campo.

Retomar a discussão do regime de 40 horas, sendo 20 horas para o ensino e 20 horas para pesquisa, extensão e formação continuada, mediante as condições de financiamento e as peculiaridades de cada município, incluindo o/a professor/a de 1ª a 4ª série e Educação Infantil.

Garantir que nos cursos de formação continuada de professores e professoras, a educação seja concebida como um processo permanente na formação humana, que esteja atrelada ao projeto de transformação social e contribua na construção do desenvolvimento sustentável solidário para o semi-árido.

Identificar as experiências exitosas existentes nos municípios, buscando integrar ao processo de formação continuada do professor/a para atuar nas escolas do campo.

Assegurar a presença do professor/a na escola de atuação por mais de três anos, visando garantir os laços de trabalho, a busca de resultados e o envolvimento na comunidade.

Avaliar o profissional mediante as condições básicas de trabalho, criando mecanismos de avaliação institucional.

Garantir dentro do Projeto Político-Pedagógico da escola a autonomia do trabalho pedagógico do professor/a.

Incluir nos currículos de formação de professores/as e cursos de pedagogia a formação política, ética, incorporando as temáticas da proposta de Convivência com o semi-árido e Educação do Campo.

Assegurar a formação específica dos/as professores/as que trabalham com os portadores de necessidades educacionais especiais.

Trabalhar com pesquisa escolar que, por exemplo, construa conhecimentos em história local e suas relações com a história do Brasil e geral;

Buscar informações e sistematizar experiências em convivência com o Semi-Árido;

Produzir relações entre a escola e a família mediada pelo projeto de vida de convivência com o Semi-Árido;

Atuar no sentido de que ações do governo transformem-se em políticas públicas no âmbito da convivência com o Semi-Árido, valorizando todos os movimentos populares que busquem esse objetivo.

Contemplar a interação entre os/as professores/as em atuação e os trabalhadores/as que experimentam ações de convivência com o Semi-Árido incentivando, na promoção e/ou investimentos dos sistemas de ensino, os/as professores/as a conhecerem *in loco* as experiências;

Motivar os/as professores/as que trabalhem com a Pedagogia dos Projetos a incluírem, em seus projetos, temas relativos a convivência com o Semi-Árido;

Motivar, durante os Programas Atuais de Formação Continuada (Parâmetros em Ação, por exemplo), os educadores a considerarem a educação para a convivência com o Semi-Árido não como modismo, mas como conteúdo e ações permanentes;

Priorizar a educação para a convivência com o Semi-Árido na educação infantil, promovendo a interação com as comunidades que experienciam ações nesse sentido;

Promover ações pedagógicas que permitam ao/a educador/a condições para construir atitudes positivas quanto a educação para a convivência com o Semi-Árido, bem como construir conhecimentos científicos sobre o Semi-Árido em todos os seus múltiplos aspectos (históricos, geográficos, culturais etc.);

Motivar o/as professores/as a participarem de um processo mais amplo de convivência com o Semi-Árido (tecnologias alternativas, conservação do meio ambiente, manejo do solo e da caatinga etc).

Construção de políticas públicas de incentivo, aos professores que resgate a valorização e a auto-estima da categoria.

Diagnosticar a necessidade de capacitação dos professores, a partir da demanda por eles apresentada.

Considerar o conhecimento local na elaboração dos currículos dos cursos de formação inicial e continuada, contemplando as diferenças culturais e regionais, resgatando os valores da comunidade de forma a resgatar as histórias de vida.

Formular políticas de formação continuada de maneira a garantir tempo para realização de pesquisas, avaliação e formação, respeitando o período de férias dos professores e o ano letivo do aluno;

Elaboração de Perfil para educadores e para os instrutores dos cursos de formação.

Estabelecer parcerias com estruturas públicas e privadas (Universidades, indústrias, comércio, ong, etc.) para o processo de gestão e formação.

Considerar a interdisciplinaridade e transversalidade para trabalhar temáticas como: convivência com o semi-árido, educação ambiental, minérios, reforma agrária, questões

fundiárias, políticas agrícolas e demais temas transversais, respeitando as características naturais da localidade.

Considerar o aspecto econômico cidade / campo / cidade no processo de formação dos professores e das professoras.

Definir e garantir a produção de materiais didáticos adequados à realidade para a formação de professoras, professores e especialistas.

Adequação do currículo das universidades, para subsidiar a formação acadêmica conforme a realidade;

Parcerias das Universidades com os movimentos sociais, na perspectiva de integrar o saber teórico com o conhecimento das práticas sociais, para subsidiar a formação acadêmica;

Definir critérios e perfil para a seleção de professores formadores e formandos tendo em vista a contextualização do semi-árido.

Formação continuada em educação contextualizada para a convivência com o semi-árido brasileiro e em desenvolvimento humano sustentável da região;

Oportunidade de intercâmbio para o conhecimento de propostas já existentes na área de educação contextualizada para o desenvolvimento sustentável;

Qualificar a ação pedagógica dos professores/as no desenvolvimento de projetos dentro das temáticas da educação contextualizada para o desenvolvimento sustentável;

Promover capacitações e oficinas, seminários, palestras, que sejam capazes de contextualizar as diferentes realidades do semi-árido.

Buscar estabelecer parcerias entre o poder público e as organizações não-governamentais que desenvolvem experiências da educação contextualizada para convivência com o semi-árido, visando a formação continuada dos educadores/as e o direcionamento das políticas educacionais;

GRUPO TEMÁTICO – PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL

Assegurar o lugar das crianças e jovens nos fazeres cotidianos do Semi-Árido Brasileiro (participação cidadã, produção, lazer, etc.) corresponde a considerar um projeto pedagógico de formação humana que transcende a escola e qualifica homens e mulheres para as lutas por uma sociedade cada mais inclusiva que ensina e experiência a solidariedade como fundamento dessa condição. Essa participação, baseada num protagonismo efetivo, não pode prescindir da consideração de que antes que uma criança, um ou uma jovem produzam-se como cidadão ou cidadã, precisa-se se constituir como homens e mulheres em bases da ética do humano como ensina Paulo Freire.

PROPOSTAS APRESENTADAS

Fortalecer os sistema de garantias de direito municipal, com pleno funcionamento dos conselhos de direito e titulares e a regulamentação dos fundos municipais/estaduais, acionando a participação do ministério publico num cumprimento do estatuto da criança e do adolescente (ECA).

Criação e incentivarão a arte, cultura contextualizada, esporte e lazer para crianças, jovens e adolescentes assegurando materiais didáticos, paradidáticos e espaços públicos, a exemplo dos centros de apoio infanto-juvenis, para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Construção e manutenção, pelo poder público, de Centros de Apoio infanto-juvenis, objetivando a intervenção das atividades jovens;

Inclusão de jovens em projetos de geração de renda com capacitação e apoio á atuação, potencializando os recursos existentes em sua comunidade.

Garantir Investimentos em educação contextualizada utilizando metodologias participativas e inclusivas, numa perspectiva de convivência com o semi-árido.

Inclusão no programa agente jovem, PET e entre outros do governo federal, estadual e municipal de metodologias participativas para a convivência com o semi-árido, apoiando a participação dos jovens em sindicatos, associações e movimentos populares sociais.

Incentivar/ fortalecer a constituição de Fóruns, Grêmios, Etc, formados por crianças e jovens para a construção de políticas publicas voltadas para o seu contexto.

Desenvolver e estimular as capacidades, habilidades empreendedoras e protagonistas e considerá-las como indicadores de avaliação no nível escolar;

Criação de Conselhos da Juventude nos âmbitos municipais e estaduais.

Estimular a construção de redes intermunicipais que atuem na perspectiva de ser um espaço de troca e fomento de aprendizagens entre as experiências de trabalhos sociais voltados para os jovens e as crianças do semi-árido.

Garantir dentro dos programas e projetos voltados para a educação do semi-árido a participação efetiva da família dentro do processo de ensino aprendizagem das crianças e jovens.

GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO GÊNERO, ETNIA E RAÇA

Criação de um grupo de trabalho o mais breve possível para contribuir com a Secretaria Executiva da RESAB na elaboração de estratégias (seminário, oficinas, etc.) para

ampliar e qualificar a abordagem dos temas gênero, geração, etnia e raça no contexto do semi-árido;

Articulação da RESAB com os movimentos indígenas, quilombolas, negros, de mulheres e outros movimentos sociais para a discussão da educação para a convivência com o semi-árido;

GRUPO TEMÁTICO – MATERIAL DIDÁTICO PARA O SEMI-ÁRIDO

O material didático disponibilizado ao aluno (livros e outros) tem sido totalmente descontextualizado, negligenciando a realidade local (as especificidades e potencialidades do Semi – Árido). O livro e outros materiais que contemplem a realidade são de fundamental importância para que o aluno possa se sentir protagonista no processo educacional e na construção da identidade.

PROPOSTAS APRESENTADAS

Elaboração de material didático e paradidático para todos os estados do Semi-Árido Brasileiro em parceria com educadores e educadoras locais, Universidades, iniciativas privadas e sociedade civil de modo geral, que tenham experiência e desenvolvam pesquisa no contexto do Semi-árido, com cadernos de atividades sobre a realidade local e municipal;

Produção de materiais didáticos e paradidáticos (livros, vídeos, revistas, jogos, CDs), em nível de Estado, Município e Escola;

Garantia da produção e distribuição de materiais didáticos apropriados para as escolas do semi-árido - para o campo e cidade;

Garantia de programa de financiamento, para produções e aquisições de materiais didáticos contextualizados, em parceria com instituições governamentais, não governamentais e privadas;

Incorporar as produções locais contextualizadas às políticas educacionais do MEC;

Produção de materiais de orientação didático - pedagógica para o processo de formação de professores e professoras de acordo com os princípios da Educação para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro;

Garantir a presença da RESAB junto à comissão de educação do MEC.

Criação de um fundo orçamentário para elaboração de materiais didáticos contextualizados com o Semi-Árido em nível municipal e estadual;

Garantir os princípios éticos da autonomia, responsabilidade, solidariedade, bem-comum na elaboração dos materiais;

Garantir os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, o exercício da criatividade e respeito à ordem democrática na elaboração dos materiais;

Garantir os princípios estéticos da sensibilidade e a diversidade de manifestações artísticas e culturais;

Garantia do processo de seleção, avaliação e distribuição em tempo hábil dos livros didáticos nas redes: federal, estaduais e municipais de educação;

Garantir a aprovação e distribuição pelo MEC do livro Conhecendo o Semi-Árido vol. 1 e 2 em 100% dos municípios do Semi-Árido Brasileiro para o 2º Ciclo do ensino fundamental;

Fazer mapeamento cultural regionalizado do Semi-Árido pelos agentes multiplicadores da cultura;

Articulação político-pedagógica com universidade para qualificar a formação nos princípios da educação contextualizada; (formação)

Promoção da formação continuada dos professores/as das redes, de acordo com os princípios da educação contextualizada; (formação)

Os livros didáticos devem ser construídos considerando a realidade vivenciada no semi-árido e o conhecimento global (científico), observando a temporalidade e espacialidade, construindo a identidade do sujeito.

Os livros didáticos devem contemplar a vivência no campo sem esquecer a diversidade campo/cidade, bem como dar enfoque crítico à questão política e as de gênero, raça e etnia;

Construir livros regionais e municipais considerando a produção do conhecimento sobre a realidade do município, cabendo a escola aperfeiçoar essa dimensão;

INSTITUIÇÃO PRESENTES OU REPRESENTADAS NA I CONESA QUE APROVARAM E COMPROMETERAM-SE EM PAUTAR NAS SUAS AGENDAS DE LUTA AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO ENQUANTO PROPOSTA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O SEMI-ARIDO BRASILEIRO.

UNICEF, GTZ, MMA/SRH/CTC- Brasília, MDA, Coordenação de Educação do Campo – MEC, UFCG, CPT-Sertão, Secretaria Municipal de Educação de Petrolina-PE, EFACOR-Correntina/BA; FATRAS-BA; Escola Família Agrícola de Ribeira do Pombal; Sindicato dos Professores; GARRA; Fundação Culturarte; Associação de Mulheres - BA; Secretarias Municipais – AL; Escola Marcionilio Rosa- Irecê; Escola Wilson e Maria Rosa; MOC - Pólo Feira - BA; MLT; Agrotécnica – Juazeiro/BA; IRPAA; IAMBBA-BA; AMAI; IDEIA; PT; Naenda; FFPP; ADAC; ERUM UNEB; CAPES/ MEC/Timor; Território do Sertão do São Francisco; CPT- Sertão; Cee/BA;CAA; SEDS; Prefeituras Municipais – BA; SETRAS;; ABCMAC, IRPAA; IBAMA; Instituto Velho Chico; CÂRITAS NACIONAL; Mova- Brasil(JPF); Rede Pintadas, Secretarias

Municipais de Educação - BA; Instituto IAPVIDA; Secretaria Estadual de Educação – BA; FUNASA; SEINFRAM/PMJ; NAENDA; ASA; SEDS; Ipêterras; Fundação Cultural; Programa Bomba D'água; UNICEF; NUDEC; CACTUS; GEAVS; SME; SEMEO; SEE/AL; Visão Mundial/AL; AAGRA; Associação Intermunicipal p/ Recuperação –ES; CRIAD; ASA; Secretaria do Estado Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.- ES; UEPB/PROEAC; UFPB; CEPFS; Secretarias Municipais – PB; UFCG, Diálogo Nordestino; Universidade do São Francisco; Secretaria Estadual – PI; Cootapi; Escola de Formação Paulo de Tarço – PI; Secretaria Municipal- PI; Programa Semi-Árido- PI; Gerencia C. Mayor- PI; PPCSA; AMASE/SE; Fundação Dom José Brandão de Castro; Federação dos Trabalhadores da Agricultura; Secretaria Municipais- SE; Comitê Estadual de Educação do Campo -SE; UERN; Sinte-Natal; Seara; MDA; SECD; Centro Sabe Muito-Caraúbas/RN; STR-Campo Grande/RN; INCRA; Mova Brasil; MPA;EFA-Jacaré/MG; Centro de Cultura Escrava Feliciano Pivô Maranhão; Sintspchap; SEMED-MA; SEMA-São Luis; Associação de Trabalhadores Rurais - São José ; Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico -São José Programa Sertão Vivo- Unicampo – PB, Secretaria de Educação Básica; Pronera-UECE; Instituto Coração de Estudante; Secretaria Municipais-CE; EFA Dom Frago/CE; Sindicato de Professores- Crateús/CE; Núcleo da RESAB – Crateús -CE;UFCE; Fundação Getúlio Vargas;; Secretaria de Educação do Cedro/PE; AGUAVALE; Movimento Jovem Ambientalista/PE; Secretarias Municipais- PE; Sertã/Educar; SERTA-PE; CAATINGA-PE; Cefet/Petrolina; Copipe; Save The Children - Reino Unido; UFPE; Centro de Cultura Luiz Freire/PE; Fundação Joaquim Nabuco/PE; EDUCAR-ICA; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/PE; UFRN; SEJUDH.

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS NORTEADORES DA RESAB

- Integridade dos atores e atrizes do processo educacional;
- Equidade na distribuição de rendas e no acesso do conhecimento cultural, científico, moral, ético e tecnológico em todos os níveis da educação;
- Intersetorialidade na definição das políticas educacionais;
- Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento;
- Sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como elementos de sustentação dos processos e projetos educacionais;
- Respeito à pluralidade e à diversidade de culturas, credos, raças, idéias e de opções metodológicas no processo de ensino-aprendizagem;
- Descentralização, transparência e gestão compartilhada;
- Autonomia financeira e pedagógica dos sistemas educacionais e unidades escolares;
- Valorização do magistério e favorecimento das condições de aperfeiçoamento e de formação continuada e permanente dos/as educadores/as;
- Respeito aos princípios e direitos constitucionais, aos direitos humanos e ao meio ambiente.
- Aplicabilidade dos instrumentos legais que visam à construção de uma educação pública de qualidade;
- Defesa incondicional da escola pública, gratuita e de qualidade no Semi-Árido e no Brasil.
- Respeito e promoção dos direitos das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;



Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro
Articulando políticas Públicas de Educação para a Convivência com o Semi-árido Brasileiro.

Rua Conselheiro Saraiva, 25 – 1º Andar – Sala 2, Centro

Juazeiro – Bahia

CEP – 48.900-000

Telefones: 74-3612-8488

Email: sec.exec-resab@uol.com.br

sec.exec-resab@oi.com.br